



DE PEDRO AO BISPO DE ROMA

Teologia · História da Igreja · 1 de setembro de 2026

Capítulo do livro em produção com título provisório: Contra o Romanismo Papista.

O túmulo e o testamento

Sim, Pedro esteve em Roma e, com toda a probabilidade que a história antiga permite alcançar, morreu ali sob Nero, glorificando a Deus no martírio que seu Senhor lhe anunciara; quero começar pela concessão porque ela é verdadeira. A verdade não se torna romana só porque Roma a preserva, e uma apologética protestante que depende de manter Pedro fora da cidade já começa confessando sua fraqueza.

Não é preciso mandar o apóstolo para a Babilônia mesopotâmica por medo do Vaticano, nem transformar Clemente, Inácio, Dionísio, Gaio, Irineu e Tertuliano em participantes de uma fraude que eles nem tinham condições históricas de imaginar. Também não farei do silêncio de Paulo uma muralha em torno da cidade. Pedro chegou, pregou e derramou sangue. Roma tem o direito de honrar essa memória, e o protestante pode atravessar a praça diante da basílica sem perder um artigo da fé, reconhecendo que uma tradição muito antiga aponta para a morte de um homem a quem Cristo amou, corrigiu, restaurou e usou poderosamente.

Eu não pisaria nessa memória para atingir um papa. A questão começa em outro ponto: quando o lugar que recebeu o sangue apresenta também uma escritura de propriedade, quando o túmulo vira trono e quando o bispo da cidade declara haver herdado as chaves do apóstolo, o cuidado universal do rebanho e jurisdição sobre todos os demais pastores.

O sangue está em Roma. A sucessão ainda precisa ser provada.

O capítulo anterior terminou com a pergunta pelo documento da herança; agora a pergunta está diante do túmulo, e aqui aparecem duas tentações ruins. A protestante diz: “Se Pedro esteve em Roma, entregamos o caso”. A romana responde com outra sequência: “Se Pedro esteve em Roma, foi bispo; se foi bispo, teve sucessor; se houve sucessor, esse homem recebeu a mesma função; se a lista chega ao bispo atual, o papado está provado”.

É justamente essa sequência que precisa ser aberta, porque “sucessor” é uma palavra incompleta enquanto não se diga em quê: na presidência local, no ensino, na ordenação de ministros, na memória do martírio, no apostolado fundacional, nas chaves do reino, na assistência divina prometida a Pedro ou na jurisdição universal? Um homem pode ocupar a cadeira de outro sem herdar tudo o que pertencia à pessoa que antes se sentou nela. Quem recebe uma casa não recebe as qualidades do morto que viveu ali. E quem guarda o

túmulo de um apóstolo não se torna apóstolo por proximidade.

Roma sabe que a distância existe e, oficialmente, não constrói sua doutrina com a grosseria de um “há ossos, logo há papa”. *Pastor Aeternus* afirma que Cristo instituiu em Pedro um primado de jurisdição para a unidade perpétua da Igreja e, depois, declara que Pedro vive, preside e exerce julgamento em seus sucessores, os bispos da sé romana fundada por ele e consagrada por seu sangue. A Congregação para a Doutrina da Fé torna a ponte ainda mais explícita: a pessoa, a missão, a presença e a morte de Pedro em Roma estariam ligadas ao próprio mistério da comunhão, e a Igreja teria compreendido, com clareza crescente, que o ministério da unidade pertence à sua estrutura permanente e que a sucessão desse ministério se estabelece na sé do martírio.¹

Ou seja, a tese católica é teológica antes de ser arqueológica: Cristo instituiu, a Igreja compreendeu, Roma recebeu e os bispos sucederam; muito bem, então é isso que precisa ser provado, porque o túmulo pode testemunhar a morte, mas só o testamento pode identificar a herança.

Os silêncios da cidade

O documento mais antigo sobre a igreja em Roma já cria um problema para a cronologia tradicional. Paulo escreve “a todos os que estais em Roma, amados de Deus, chamados santos”, agradece porque a fé deles era anunciada em todo o mundo e confessa que muitas vezes planejara visitá-los, mas fora impedido. Desejava comunicar algum dom espiritual, ser consolado pela fé mútua e colher fruto entre eles como entre os demais gentios.²

A comunidade, portanto, já existe, crê, é conhecida e mantém relações antes da chegada de Paulo. Ele não escreve a um terreno vazio esperando que um grande apóstolo apareça para criar os primeiros convertidos. Ao que tudo indica, o evangelho chegou pela circulação de judeus, prosélitos, viajantes e famílias que passavam pela capital. Roma não esperou uma inauguração apostólica oficial para ter cristãos.

Romanos 16 abre ainda mais a porta: Paulo recomenda Febe, saúda Priscila e Áquila e a igreja reunida na casa deles, menciona Andrônico e Júnias, lembra gente que estava em Cristo antes dele, nomeia famílias, mulheres que trabalharam muito, cooperadores e irmãos que viviam em grupos; a lista é extensa, e Pedro não aparece.³

“Mas ausência numa lista de saudações prova que Pedro não estava em Roma?” Não, e nem preciso disso: Pedro poderia estar viajando, poderia ter saído da cidade ou ainda não ter chegado. O silêncio não enterra Pedro fora de Roma. Ele atinge uma cronologia muito mais específica: a ideia de um episcopado contínuo de cerca de vinte e cinco anos, iniciado por volta do ano 42. Se Pedro já governava publicamente a comunidade havia anos, como seu bispo reconhecido, é difícil atravessar uma carta tão longa, dirigida à igreja inteira e encerrada com tantas saudações, sem encontrar uma palavra sobre ele.

Há uma resposta católica contemporânea que tenta transformar esse silêncio em presença. Paulo diz em Romanos 15 que não queria edificar sobre fundamento alheio e, como o evangelho já existia em Roma, alguém teria lançado o fundamento; esse alguém, segundo a resposta, seria Pedro.⁴ O problema é simples: Paulo não disse que toda igreja precisava nascer pelo trabalho de um fundador apostólico individual. Romanos 16 mostra redes, casas, cooperadores e crentes anteriores ao próprio Paulo. O evangelho viajava com gente comum. E a política paulina de não iniciar trabalho onde outro apóstolo já atuava não o impediu de escrever uma longa exposição doutrinária à igreja, desejar confortá-la, colher fruto nela e usá-la como apoio para a Espanha.

Romanos 15 não nomeia Pedro. Inserir o nome na expressão “fundamento alheio” apenas coloca a conclusão no lugar da premissa que faltava.

Atos termina com outra chegada a Roma: irmãos saem ao encontro de Paulo na Praça de Ápio e nas Três Vendas; ele entra na cidade, convoca os principais dos judeus, recebe visitantes e permanece dois anos numa casa alugada, “pregando o reino de Deus, e ensinando com toda a liberdade as coisas pertencentes ao Senhor Jesus Cristo, sem impedimento algum”. Pedro não aparece.⁵

Também aqui o silêncio tem medida, porque Lucas narra a missão de Paulo e não prometeu fazer um catálogo do clero romano. Ainda assim, se Pedro governava continuamente a cidade desde os primeiros anos de Cláudio, a cena fica estranha: irmãos romanos acolhem Paulo, líderes judeus são convocados, o reino é anunciado durante dois anos, e o suposto bispo apostólico da cidade permanece invisível. Atos não prova a ausência absoluta de Pedro; mostra, no mínimo, que a Roma dos vinte e cinco anos de governo petrino não faz parte do quadro que Lucas apresenta.

Quando Paulo se aproxima da morte, o silêncio fica humano demais para virar arma barata. “Porque eu já estou sendo oferecido por aspersão de sacrifício, e o tempo da minha partida está próximo.” Demas o abandonou, outros viajaram, “só Lucas está comigo”; na primeira defesa ninguém o assistiu, todos o desampararam, mas o Senhor ficou ao seu lado e o fortaleceu.⁶

Calvino pergunta onde estava Pedro, caso governasse aquela igreja até a morte. A pergunta atinge a cronologia, mas não me dá licença para acusar o apóstolo de covardia. Talvez estivesse preso, ausente, já morto ou ainda nem tivesse chegado naquela ocasião. Não sei, e não vou transformar o que não sei numa culpa moral só porque isso produziria uma frase boa contra Roma.

O que os textos permitem dizer já basta: nenhum deles mostra Pedro residindo longamente como bispo de Roma, todos deixam espaço para uma chegada final, e é por esse espaço que a tradição antiga entra.

Babilônia e o caminho para Roma

“A vossa coeleita em Babilônia vos saúda, e meu filho Marcos.”⁷ Essa saudação no fim da Primeira Carta de Pedro é o dado neotestamentário mais próximo da questão, e a leitura tradicional que identifica Babilônia com Roma me parece mais provável do que muitos polemistas protestantes gostariam de admitir. A Babilônia mesopotâmica ainda existia como região e, em tese, poderia ser o lugar literal. Mas o uso simbólico do nome para a cidade imperial pertence ao mundo do Novo Testamento, o tema do exílio combina com a carta e Marcos aparece na tradição mais antiga ligado à pregação de Pedro em Roma. Eusébio registra justamente essa interpretação: Pedro teria escrito de Roma e chamado a cidade de Babilônia por figura.⁸

Então concedo o que o texto pode razoavelmente sustentar: Pedro estava em Roma quando escreveu. A comunidade coeleita o saúda, Marcos está com ele e a carta parte da capital para cristãos da Ásia Menor. Isso é evidência positiva, não apenas ausência de impedimento.

Agora é preciso guardar a proposição como ela veio: “Pedro escreveu de Roma” não significa “Pedro era o bispo monárquico de Roma”, porque estar numa cidade não é ocupar o ofício ordinário daquela cidade, enviar dali uma carta apostólica não fixa naquele lugar a sucessão do apostolado e chamar Marcos de filho não nomeia Lino herdeiro das chaves.

“Mas então a presença de Pedro não vale nada?” Vale muito, porque Pedro era apóstolo de Jesus Cristo. Se chegou a Roma, ensinou ali com autoridade apostólica, podia repreender, ordenar, fortalecer e cuidar da igreja. Não é preciso rebaixá-lo a visitante para negar que fosse papa diocesano. O erro aparece quando o apostolado fundacional, que o levava por Jerusalém, Samaria, Lida, Jope, Cesareia e Antioquia, é reduzido retroativamente à forma administrativa que o século II chamaria de episcopado local.

Pedro podia exercer governo apostólico em Roma sem ocupar o monoepiscopado posterior, podia plantar sem ser o primeiro convertido da cidade, organizar sem ter criado a comunidade e morrer ali sem fixar no lugar de sua morte cada prerrogativa que recebeu em vida.

É aqui que a tradição dos vinte e cinco anos perde o chão. As testemunhas mais antigas conhecem a pregação e o martírio; não fornecem data segura de chegada, duração da estadia, número de visitas ou atos administrativos que sustentem um longo episcopado. Romanos e Atos tornam a residência contínua improvável, enquanto Babilônia torna a presença final plausível. Não há contradição nisso; é simplesmente o tipo de conhecimento que costuma sobreviver de um fato antigo: o núcleo permanece, as circunstâncias ficam obscuras. A história permite saber melhor onde Pedro terminou do que quando chegou.

A memória antes do bispo

A primeira testemunha fora do Novo Testamento não se apresenta como papa nem põe o nome de Clemente na abertura: “A igreja de Deus que peregrina em Roma” escreve “à igreja de Deus que peregrina em Corinto”, e a carta, geralmente datada do fim do primeiro século, intervém numa revolta que depusera presbíteros, recorda a ordem estabelecida pelos apóstolos, exige arrependimento e fala com gravidade real.⁹

Isso não é pouco, porque Roma já sente responsabilidade por outra igreja, admoesta e espera obediência ao que considera vontade de Deus; não vou diminuir a carta para salvar uma tese protestante, mas também não vou batizá-la de decreto papal antes de encontrar o papa no texto. O remetente é a igreja de Roma, corporativamente.

No capítulo 5, a carta passa dos exemplos antigos aos heróis espirituais “da nossa geração”. Pedro, por inveja injusta, suportou muitos trabalhos e, depois do martírio, foi para a glória; Paulo, depois de cadeias, fugas e pedras, pregou no Oriente e no Ocidente e também sofreu sob os governantes. Em seguida aparece a multidão de eleitos atormentados, quadro que naturalmente evoca a perseguição neroniana em Roma.¹⁰

A carta não escreve literalmente “Pedro morreu em Roma”. É importante não fazer uma fonte dizer a frase que eu gostaria que dissesse. Ainda assim, uma carta romana, tratando de mártires recentes e ligando a lembrança de Pedro e Paulo à multidão perseguida, tem peso histórico. Sozinha deixa margem; somada às testemunhas posteriores, ajuda a fechá-la.

Agora repare no que a mesma carta não faz. Não diz que Pedro foi bispo da cidade, que Clemente ocupa sua cadeira, que as chaves passaram a ele ou que Roma exige obediência por uma jurisdição recebida do apóstolo. Ela conhece presbíteros e episcopos, fala de continuidade ministerial e, mesmo assim, a própria igreja comparece como sujeito. Klaus Schatz reconhece que Roma provavelmente ainda era governada por um grupo de presbíteros, do qual poderia ter emergido um presidente ou primeiro entre iguais; Clemente pode ter sido essa figura, lembrada depois como bispo quando a forma monárquica se consolidou. O próprio Schatz considera excessivo deduzir de Primeira Clemente uma autoridade formal de Roma sobre as demais igrejas, ainda que sua iniciativa e seu senso de responsabilidade sejam historicamente importantes.¹¹

Poucos anos depois, Inácio de Antioquia escreve aos romanos uma carta diferente das outras. Saúda uma igreja digna de Deus, de honra e de louvor, que preside na região dos romanos e “preside no amor”. Inácio conhecia bispos, insistia na unidade em torno deles e os nomeava em outras comunidades; em Roma, não nomeia nenhum.

Mais uma vez, silêncio não é prova automática, pois a carta tinha como finalidade impedir que os romanos frustrassem o martírio de Inácio, e isso explica diferenças; o dado, porém, continua na mesa, porque a igreja é louvada corporativamente com linguagem extraordinária enquanto nenhum bispo individual aparece.

No centro da carta, Inácio diz: “Não vos ordeno como Pedro e Paulo”; eles eram apóstolos, ele era condenado.¹² A memória romana, aqui, é dupla: Pedro e Paulo ensinaram aquela comunidade com autoridade que Inácio não reivindica, e o texto ajuda a ligar os dois apóstolos a Roma, mas justamente por juntá-los não funciona como documento de uma monarquia exclusiva de Pedro. Inácio não afirma que Paulo atuava sob Pedro, não diz que um bispo romano herdara o ofício de Pedro e não transforma “presidir no amor” em jurisdição jurídica sobre Antioquia.

Roma já é ilustre, já ensina, ajuda e preside de algum modo na consciência cristã, mas o bispo universal ainda não entrou na sala.

Dois troféus, dois apóstolos

Por volta do ano 170, a lembrança ganha localização explícita. Dionísio de Corinto, em carta aos romanos preservada por Eusébio, afirma que Pedro e Paulo plantaram em Corinto e em Roma, ensinaram juntos na Itália e sofreram martírio no mesmo tempo.¹³ Não é relato ocular, porque mais de um século separa a carta da perseguição. Mas também não é lenda medieval produzida quando o papado já precisava justificar uma monarquia. É uma tradição compartilhada entre Corinto e Roma sobre dois apóstolos que ambas as igrejas colocavam em sua história.

No fim do mesmo século, essa memória ganha chão: Gaio, presbítero romano, responde a um adversário dizendo “posso mostrar os troféus dos apóstolos”, e quem fosse ao Vaticano ou à via de Óstia encontraria os troféus daqueles que fundaram a igreja.¹⁴ A palavra pode indicar monumento, memorial de vitória ou lugar associado à sepultura; não sei quanto Gaio conhecia sobre restos mortais e possíveis transferências, mas sei o que o texto permite afirmar: por volta do ano 200, cristãos de Roma apontavam dois locais concretos ligados a Pedro e Paulo.

Tertuliano confirma a geografia ao convidar os hereges a percorrerem as igrejas apostólicas. Ele menciona Corinto, Filipos, Tessalônica, Éfeso e, então, Roma, feliz porque nela os apóstolos derramaram doutrina e sangue, onde Pedro sofreu paixão semelhante à do Senhor e Paulo recebeu a coroa.¹⁵ Roma ocupa lugar magnífico no argumento, mas continua dentro de uma rede de igrejas apostólicas. E sua distinção particular continua sendo dupla: Pedro e Paulo.

É por isso que prefiro não fabricar uma citação composta como se todas as testemunhas dissessem a mesma coisa, porque elas não dizem: 1 Pedro sugere Roma por “Babilônia”, Clemente recorda o martírio dentro de um contexto romano, Inácio associa Pedro e Paulo à comunidade, Dionísio localiza o ensino e a morte na Itália, Gaio aponta memoriais e Tertuliano confirma a tradição. O peso não é idêntico, mas a convergência é real.

Minha conclusão histórica é simples: Pedro provavelmente morreu em Roma. Não sei se determinados ossos atribuídos a ele são realmente seus, e não preciso saber. A ausência de um sítio rival e a veneração antiga pesam. A fé cristã não repousa nessa arqueologia, mas a honestidade histórica pode recebê-la.

Agora vem o detalhe que interessa ao argumento: a tradição repete “Pedro e Paulo”. Se o martírio consagra a sede com a autoridade do morto, Paulo também morreu ali. Se fundar e organizar uma igreja cria herança jurisdicional para o bispo local, Paulo também fundou e organizou. Se o sangue apostólico é o selo da transmissão, a mesma terra recebeu dois selos, e um deles pertence ao homem que afirmou ter

recebido seu apostolado “não da parte dos homens, nem por homem algum” (Gl 1:1).

A resposta romana pode vir assim: “Paulo enriquece Roma, mas somente Pedro recebeu as chaves”. Certo, a resposta é coerente, mas entrega exatamente o ponto que preciso, porque não é o martírio em Roma que transmite as chaves; para saber o que passa a Lino, falta outra premissa.

Irineu e a lista romana

Tal premissa parece surgir em Irineu, que, contra gnósticos que apelavam a tradições secretas, aponta para aquilo que era público: qualquer pessoa podia contemplar nas igrejas a tradição dos apóstolos e enumerar homens instituídos no ministério. Como seria longo listar todas, Irineu escolhe a igreja muito grande, muito antiga e conhecida de todos, “fundada e organizada em Roma pelos dois gloriosíssimos apóstolos Pedro e Paulo”, e mostra a fé que chega ao seu tempo pela sucessão dos bispos; depois vem a frase disputada, segundo a qual, por causa de sua *potior principalitas*, toda igreja deveria concordar com ela ou recorrer a ela, pois ali a tradição apostólica teria sido preservada pelos fiéis de toda parte.¹⁶

Não diminuirei Irineu, porque Roma tem preeminência real no texto. Sua tradição funciona como teste contra a novidade gnóstica, e sua sequência de líderes pode ser verificada publicamente. A capitalidade da cidade, a presença de cristãos vindos de muitas regiões, a dupla origem apostólica e a fidelidade conhecida fazem dela uma referência especial. A expressão *potior principalitas*, cujo original grego se perdeu, também não pode ser traduzida até desaparecer. Pode indicar preeminência superior, origem mais poderosa ou autoridade principal; o verbo latino permite discussão entre concordar e acorrer. Schatz reconhece justamente que Irineu confere à tradição romana um caráter especialmente autorizado, como lugar em que a pregação apostólica podia ser vista de modo claro e confiável.¹⁷

Então Irineu lista, e aqui a gramática importa mais do que a legenda “lista dos papas” colocada ao redor do texto: “Os bem-aventurados apóstolos”, depois de fundar e edificar a igreja, “entregaram o ministério do episcopado a Lino”; Paulo menciona esse Lino na carta a Timóteo, Anacleto o sucede, depois vem Clemente, que conhecera os apóstolos, e seguem Evaristo, Alexandre, Sisto e outros até Eleutério.¹⁸

Há uma sequência, os nomes não precisam ser invenções e existe memória de liderança, ensino e continuidade institucional, mas Pedro não aparece como primeiro bispo dentro da lista: Pedro e Paulo são os apóstolos fundadores, e Lino recebe deles, no plural, o episcopado local. Irineu não diz que Pedro transmitiu a Lino o primado universal de Mateus 16, que Paulo consentiu com essa transmissão ou que o episcopado entregue equivalia ao governo de toda a Igreja.

“Mas Lino não sucedeu Pedro?” Em algum sentido, sim. A pergunta decisiva continua sendo a mesma: em quê?

Irineu está combatendo homens que inventavam revelações ocultas. Para isso, basta mostrar que a igreja conservava publicamente o ensino apostólico por meio de líderes reconhecidos. O texto não tenta provar que o bispo romano tem jurisdição imediata sobre Lião, Alexandria e Antioquia. A preeminência de Roma fortalece o exemplo e a lista torna a tradição visível, mas nenhuma das duas coisas, sozinha, define a natureza completa do ofício transmitido.

Eusébio, no século IV, organiza a mesma memória e diz que, depois do martírio de Paulo e Pedro, Lino teria sido o primeiro a receber o episcopado da igreja romana; em seguida vieram Anacleto e Clemente. A carta de Clemente, acrescenta Eusébio, foi escrita em nome da igreja de Roma.¹⁹

Esse quadro é bastante natural: os apóstolos fundam e selam a comunidade; Lino ocupa a primeira presidência local depois deles; a sequência se consolida; escritores posteriores descrevem os primeiros

líderes com uma categoria episcopal que já estava estabilizada em seu próprio tempo. Isso prova sucessão romana, mas ainda não prova que a sucessão da presidência local seja idêntica à sucessão do apostolado petrino.

O bispo que apareceu depois

Roma teve líderes, e a questão nunca foi essa, porque toda comunidade real os tem, até quando gosta de fingir que não. O problema é projetar para o ano 64 a forma administrativa que só aparece com segurança muito depois.

Primeira Clemente escreve de igreja para igreja, conhece presbíteros e episcopos e não apresenta um bispo romano; Inácio, que vê o bispo em toda parte e costuma chamá-lo pelo nome, louva Roma sem nomear um; e o *Pastor de Hermas*, escrito em Roma no século II, menciona Clemente como encarregado de enviar livros a cidades estrangeiras, enquanto outros cuidariam dos presbíteros e dos necessitados.²⁰ O quadro admite uma figura de destaque, mas não mostra ainda o monarca que governa todos.

Francis Sullivan, jesuíta e estudioso da sucessão episcopal, extrai desse conjunto uma conclusão importante: há amplo acordo de que Roma continuou governada por um grupo de presbíteros durante pelo menos parte do século II e, no tempo de Aniceto, aproximadamente entre 155 e 166, já existe boa razão para falar de um bispo cuja função se aproxima daquela descrita por Inácio no Oriente. O ponto exato em que o presbítero presidente passou a ser chamado bispo e reconhecido como pastor principal, porém, não é conhecido, e os nomes mais antigos podem ter pertencido aos líderes e mestres destacados do colégio, lembrados depois como uma série episcopal.²¹

Edward Siecienski chega à mesma fronteira ao estudar a controvérsia entre católicos e ortodoxos: poucos estudiosos, inclusive católicos, ainda tratam Pedro como “bispo de Roma” no sentido posterior, porque imaginar o apóstolo como papa diocesano já é anacrônico; e, quando a tradição posterior chama Clemente de terceiro bispo depois de Lino e Anacleto, ou o apresenta ordenado por Pedro, ela pressupõe um monoepiscopado de primeiro século que as fontes mais antigas não exibem.²²

Nada disso diminui Pedro, porque um apóstolo é maior, não menor, do que o cargo local, e também não apaga Clemente, que pode ter presidido, redigido, ensinado e representado Roma com autoridade real; o que some é uma fotografia falsa: Pedro vestido com a estrutura jurídica de Leão I, Lino recebendo uma tiara invisível e Clemente escrevendo a Corinto como se Vaticano I já estivesse aberto sobre a mesa.

Nesse ponto o leitor católico pode responder: “A substância estava ali em embrião; a forma ficou clara aos poucos”. Essa é uma resposta séria, mas embrião e adulto precisam ser da mesma natureza, porque uma comunidade governada colegialmente pode, por razões de ordem, desenvolver um bispo monárquico local sem cometer apostasia administrativa, e daí não segue que esse bispo seja, por direito divino, sucessor singular do apostolado de Pedro, cabeça do colégio universal e pastor imediato de todo cristão.

O desenvolvimento administrativo explica como apareceu o bispo, mas ainda não explica como ele recebeu as chaves.

Roma também cresceu por razões perfeitamente compreensíveis: era a capital, recebia viajantes de toda parte, ocupava um centro de comunicação, socorria outras comunidades e guardava a memória do martírio de dois apóstolos. Sua fé era conhecida, sua carta circulava, sua assistência criava gratidão e suas intervenções podiam ganhar peso. Schatz descreve esse primeiro estágio como uma significação religiosa e espiritual ainda não entendida juridicamente. Roma ensinava, aconselhava, ajudava e servia como lugar privilegiado da tradição, e nada disso é pequeno.

O erro surge quando toda forma antiga de influência precisa ser lida como se já contivesse a jurisdição universal definida depois.

O que Roma declara ter herdado

Agora vale voltar ao capítulo 2 de *Pastor Aeternus*. O concílio declara que, por instituição de Cristo, Pedro deve ter sucessores perpétuos no primado sobre toda a Igreja; quem ocupa a cátedra romana sucede a Pedro e recebe a plenitude de seu poder. O Catecismo liga essa sucessão singular à sucessão geral dos apóstolos nos bispos: o colégio episcopal continua o colégio apostólico, mas só tem autoridade unida ao bispo de Roma, sucessor de Pedro, que detém poder pleno, supremo e universal.²³

Basta comparar os predicados: as fontes antigas dizem que Pedro e Paulo ensinaram em Roma e morreram ali; que a igreja conserva a doutrina dos dois; que seus líderes podem ser listados; que sua tradição é pública, antiga e especialmente importante; que Clemente intervém em Corinto; que Inácio louva a presidência romana no amor. A definição posterior diz algo mais: o bispo romano recebe de Pedro um primado de jurisdição sobre cada pastor e fiel, necessário à constituição da Igreja e transmitido perpetuamente.

Não é a mesma proposição com vocabulário novo, pois o sujeito ficou mais específico, o objeto ficou muito maior e apareceram predicados jurídicos que as primeiras testemunhas não enunciaram.

A apologética popular encurta essa distância chamando Lino de “sucessor de Pedro” e tratando a palavra como se todas as suas acepções viessem dentro do pacote. Uma defesa católica começa com Irineu, lembra que os apóstolos entregaram o episcopado a Lino e depois cita textos posteriores que alinham os bispos “desde Pedro”. Outra lê Primeira Clemente como primeiro exercício da autoridade papal e a intervenção de Vítor na controvérsia pascal como evidência de um poder de excomungar igrejas asiáticas que teria sido criticado apenas em seu uso, não em sua existência.²⁴

Esses temas pertencem ao problema da jurisdição e serão tratados adiante; aqui importa a equivalência pressuposta: presidência romana seria sucessão petrina; sucessão petrina seria primado universal. É essa equivalência que ainda está sem demonstração.

O desenvolvimento descrito pelos próprios historiadores católicos torna a dificuldade mais visível. Schatz observa que, se fosse perguntado a um cristão do ano 100, 200 ou mesmo 300 se o bispo de Roma era a cabeça de todos os cristãos, o bispo supremo com palavra final sobre a Igreja inteira, a resposta seria negativa. Ele também responde negativamente à pergunta histórica sobre uma consciência, logo depois da morte de Pedro, de que o poder do apóstolo havia passado ao bispo seguinte de Roma.²⁵

Schatz não abandona o catolicismo por causa disso e recorre a uma hermenêutica do desenvolvimento. Mas o dado continua sendo dado: a instituição que *Pastor Aeternus* apresenta como estabelecida por Cristo e necessária à constituição da Igreja não aparece reconhecida nessa forma pelos primeiros ocupantes alegados e pelas comunidades que deveriam estar submetidas a eles.

“Uma doutrina pode ser verdadeira antes de ser compreendida plenamente.” Claro que pode. A Trindade era verdadeira antes de Niceia, e a divindade de Cristo não começou quando a Igreja encontrou vocabulário conciliar. Só que, nesse caso, as proposições já estão na revelação apostólica: o Pai é Deus, o Filho é Deus, o Espírito é Deus, e Deus é um. O concílio organiza e protege o que a revelação fornece.

Para o primado romano, é preciso encontrar proposições equivalentes: o ofício singular de Pedro deve continuar, terá um único ocupante, esse ocupante será identificado pela cidade do martírio, o bispo dessa cidade herdará jurisdição sobre todos os bispos e a Igreja universal não estará plenamente constituída sem

essa cabeça. Onde estão essas proposições? A antiguidade de Roma ajuda a explicar por que a doutrina se desenvolveu ali, mas não prova que Cristo a instituiu.

Sangue, cadeira e Palavra

Calvino percebeu o problema com uma formulação que continua forte depois de toda a pesquisa histórica: conceda-se, para argumentar, que Pedro tinha uma primazia destinada a permanecer por sucessão perpétua. Como provar, então, que sua sé foi fixada em Roma e que quem se torna bispo daquela cidade passa a presidir o mundo? “Pedro viveu e morreu em Roma”, responde o argumento. Mas Cristo exerceu seu ministério e morreu em Jerusalém, e ninguém conclui daí que o bispo de Jerusalém seja cabeça universal. Calvino não precisa negar a morte de Pedro em Roma. Ele nega que o lugar da morte transmita o ofício e também contesta o longo episcopado romano.²⁶

A analogia não iguala Pedro a Cristo; o ponto é mais simples: geografia não é instrumento de investidura.

Paulo também morreu em Roma, e nenhum católico conclui que Lino herdou o apostolado paulino inteiro. João morreu associado a Éfeso, mas o bispo de Éfeso não recebeu por isso o direito de escrever Apocalipse. Tiago governou Jerusalém, e sua sucessão local não ganhou autoridade sobre todos os cristãos de origem judaica do mundo. Todo mundo já faz essa distinção em algum lugar: certas propriedades pertencem à pessoa e ao apostolado fundacional; outras funções continuam em ministros ordinários. O local do último testemunho não escolhe automaticamente o recipiente de cada dom.

Quando a mesma distinção é aplicada a Pedro, Roma pede uma exceção, e ela pode existir, mas precisa haver revelação dessa exceção.

É nesse ponto que Clark e Cheung ajudam a manter a forma do argumento. Uma proposição histórica falível pode ser verdadeira e conhecida com alta probabilidade: Pedro morreu em Roma. O fato de esse conhecimento histórico não ser inspirado não o torna inútil. Mas a conclusão precisa conservar o conteúdo da premissa. Da morte de Pedro não se deduz uma promessa divina. De uma sequência de nomes não se deduz identidade de ofício. Da utilidade histórica de um centro não se deduz sua necessidade revelada.²⁷

E a autoridade ministerial serve à Palavra, não produz uma nova Palavra para justificar a própria existência. A Confissão de Westminster chama Cristo de única cabeça da Igreja sem entregar o corpo à anarquia: reconhece oficiais, disciplina, sínodos e concílios, todos reais e todos subordinados à autoridade de Cristo.²⁸

Há uma sedução humana no argumento romano que uma tabela lógica não resolve sozinha: o homem quer saber onde a voz final mora, quer um endereço, um arquivo, um homem que receba a angústia e devolva certeza com selo, e a tumba oferece uma imagem poderosa de continuidade, porque o apóstolo morreu aqui, o bispo senta aqui, a lista começa aqui, então Cristo fala finalmente aqui.

Eu entendo a força disso, sobretudo num protestantismo em que qualquer sujeito abre uma igreja, chama o próprio temperamento de exegese e a própria insubmissão de consciência, pois, diante desse espetáculo, a cadeira antiga pode parecer misericórdia; uma solução psicológica para o caos, porém, não se transforma em instituição divina por ser desejável. A Escritura oferece algo mais trabalhoso e mais seguro: a Palavra apostólica preservada, pastores reais submetidos a ela, igrejas que podem corrigir umas às outras, concílios que podem servir e também errar, e Cristo governando sua Igreja por sua verdade.

O sangue de Pedro merece honra porque foi derramado por essa verdade. Suceder fielmente o apóstolo é confessar o Cristo que ele confessou, guardar a doutrina que ele ensinou e não transformar “apascenta as

minhas ovelhas” (Jo 21:17) numa escritura de propriedade, mas alimentar o rebanho com a Palavra do Sumo Pastor. Um bispo em Roma ou em São Paulo que faz isso participa do ministério apostólico como qualquer pastor fiel, e sua história aumenta sua responsabilidade. Um bispo romano ou paulista que contradiz a Palavra não pode apresentar a poeira de Pedro como correção do céu.

Ossos não tornam proposições falsas verdadeiras.

O documento que ainda falta

O que ficou provado até aqui? Que a igreja de Roma existia antes da chegada de Paulo e, muito provavelmente, antes da chegada de Pedro. Pedro chegou no fim de sua carreira, escreveu da Babilônia Imagética se a leitura tradicional estiver correta, ensinou, fortaleceu os irmãos e morreu sob Nero. Paulo também ensinou e morreu ali. Clemente guarda a memória recente dos dois; Inácio associa Pedro e Paulo à comunidade; Dionísio localiza seu ensino e martírio na Itália; Gaio aponta os dois troféus; Tertuliano celebra a doutrina e o sangue de ambos. Irineu apresenta Roma como igreja apostólica preeminente, fundada e organizada por Pedro e Paulo, cuja tradição pública podia ser mostrada numa sequência de líderes que começava por Lino depois dos apóstolos.

Também não há razão para negar o desenvolvimento institucional: Roma provavelmente foi governada por presbíteros, conheceu presidentes destacados, consolidou um bispo monárquico durante o século II e cresceu em influência por causa da capitalidade, da ortodoxia, da caridade, da correspondência e da memória dos mártires. Isso é história, e uma história protestante ressentida não melhora nada chamando tudo de usurpação instantânea.

Não houve uma manhã em que um homem acordou, inventou Pedro em Roma e convenceu o mundo; houve memória, serviço, prestígio, necessidade, conflito, centralização, interpretação teológica e, enfim, história.

Só que história não é instituição divina pelo simples fato de ter chegado até aqui. Entre Pedro e o bispo de Roma aparecem presença, sangue, doutrina, líderes, lista e cadeira. O que não apareceu ainda foi a proposição que transforma a missão apostólica singular em ofício romano singular. Pedro não entrega suas chaves a Lino nas fontes examinadas. Lino não governa os demais apóstolos, Clemente não escreve em nome de uma jurisdição petrina herdada e Inácio nem sequer nomeia o bispo a quem Antioquia supostamente deveria estar submetida.

O desenvolvimento explica como Roma pôde chegar a crer na herança, mas ainda falta provar que o testamento foi escrito por Cristo.

Agora é possível olhar para a basílica sem as duas superstições que estragam a discussão. Não preciso negar o túmulo para negar o trono. Também não preciso insultar a memória para negar a jurisdição. Pedro pertence à Igreja inteira porque a doutrina que recebeu foi dada à Igreja inteira. Roma recebeu o privilégio terrível de seu sangue e, por isso mesmo, deve ser julgada com rigor maior pela palavra que ele ensinou.

Se a memória é usada contra a verdade, o troféu vira álibi. Se o mártir é usado para exigir o que o apóstolo não exigiu, a sepultura ganha uma assinatura que Pedro nunca escreveu.

Roma apresentou o corpo provável, os dois troféus, a carta e os nomes, e a investigação ficou mais precisa, não encerrada: Lino pode suceder a Pedro em uma coisa e não em outra; Clemente pode continuar a doutrina sem continuar o apostolado; um bispo pode receber ordenação sem receber inspiração; uma sé pode conservar comunhão sem ter jurisdição universal.

É exatamente essa diferença que o próximo capítulo precisa enfrentar: o que significa suceder em doutrina, ofício, ordenação, cadeira e comunhão, e quais dessas continuidades a Escritura promete aos ministros depois dos apóstolos.

Diante do túmulo, concedo a morte; diante da lista, concedo a continuidade; diante da consciência, ainda espero o testamento.

Notas

1. Concílio Vaticano I, *Pastor Aeternus*, caps. 1 e 2; Congregação para a Doutrina da Fé, “The Primacy of the Successor of Peter in the Mystery of the Church”, §§ 3 e 4. [\[voltar ao texto\]](#)
2. Romanos 1:7-15, ACF. [\[voltar ao texto\]](#)
3. Romanos 16:1-27, ACF. [\[voltar ao texto\]](#)
4. Para essa forma do argumento, ver Catholic Answers, “Was Peter in Rome?”; comparar Romanos 15:20-24 com Romanos 16. [\[voltar ao texto\]](#)
5. Atos 28:11-31, ACF. [\[voltar ao texto\]](#)
6. 2 Timóteo 4:6-18, ACF. [\[voltar ao texto\]](#)
7. 1 Pedro 5:13-14, ACF. [\[voltar ao texto\]](#)
8. Eusébio de Cesareia, *História Eclesiástica*, II.14 e II.15. [\[voltar ao texto\]](#)
9. *Primeira Carta de Clemente aos Coríntios*, saudação e caps. 42 a 44. [\[voltar ao texto\]](#)
10. *Primeira Carta de Clemente aos Coríntios*, caps. 5 e 6. A carta não declara literalmente o lugar da morte de Pedro; o peso do testemunho romano é contextual e cumulativo. [\[voltar ao texto\]](#)
11. Klaus Schatz, *Papal Primacy: From Its Origins to the Present*, PDF pp. 16 a 18, páginas impressas 4 a 6. [\[voltar ao texto\]](#)
12. Inácio de Antioquia, *Carta aos Romanos*, saudação e cap. 4. Tradução própria a partir do texto integral consultado. [\[voltar ao texto\]](#)
13. Dionísio de Corinto, carta aos romanos, citada por Eusébio, *História Eclesiástica*, II.25.8. [\[voltar ao texto\]](#)
14. Gaio de Roma, *Disputa com Proclo*, fragmento citado por Eusébio, *História Eclesiástica*, II.25.6 e II.25.7. [\[voltar ao texto\]](#)
15. Tertuliano, *Prescrição contra os Hereges*, cap. 36. [\[voltar ao texto\]](#)
16. Irineu de Lião, *Contra as Heresias*, III.3.1 e III.3.2. Tradução própria a partir do capítulo integral consultado. [\[voltar ao texto\]](#)
17. Klaus Schatz, *Papal Primacy*, PDF pp. 21 e 22, páginas impressas 9 e 10; Edward Siecienski, *The Papacy and the Orthodox*, PDF pp. 164 a 166. [\[voltar ao texto\]](#)
18. Irineu de Lião, *Contra as Heresias*, III.3.3. [\[voltar ao texto\]](#)
19. Eusébio de Cesareia, *História Eclesiástica*, III.2, III.13, III.15 e III.16. [\[voltar ao texto\]](#)
20. *O Pastor de Hermas*, Visão II.4. [\[voltar ao texto\]](#)
21. Francis A. Sullivan, *From Apostles to Bishops*, PDF pp. 7, 23 e 24, e 145 a 150. [\[voltar ao texto\]](#)
22. Edward Siecienski, *The Papacy and the Orthodox*, PDF pp. 66 e 67, e 160 a 162. [\[voltar ao texto\]](#)
23. Concílio Vaticano I, *Pastor Aeternus*, cap. 2; *Catecismo da Igreja Católica*, §§ 861 e 862, e 880 a 882. [\[voltar ao texto\]](#)
24. Catholic Answers, “Peter’s Successors” e “The Authority of the Pope, Part I”. [\[voltar ao texto\]](#)

25. Klaus Schatz, *Papal Primacy*, PDF pp. 13 a 15, páginas impressas 1 a 3. [\[voltar ao texto\]](#)
26. João Calvino, *Institutas da Religião Cristã*, IV.6.11 a IV.6.15, especialmente PDF pp. 933 a 937 da edição Beveridge consultada. [\[voltar ao texto\]](#)
27. Gordon H. Clark, *Religião, razão e revelação*; Vincent Cheung, *Ultimate Questions*. [\[voltar ao texto\]](#)
28. Confissão de Fé de Westminster, cap. 25. [\[voltar ao texto\]](#)